AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 75 | JANEIRO / FEVEREIRO DE 2020





Fechamento autorizado, pode ser aberto pela ECT.



ESCASSEZ DE MILHO

Seca pode agravar abastecimento das cadeias de aves e suínos

Página 03

CARGA TRIBUTÁRIA

FAESC contra a tentativa de tributação do agro Página 06

QUALIFICAÇÃO

SENAR/SC capacita 252 pescadores

Página 09

BALANÇO ATeG

Propriedades rurais aumentam a produtividade em SC

Página 10 e 11

O GRANDE OESTE PRECISA DE ATENÇÃO

José Zeferino Pedrozo - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (FAESC) e do Conselho de Administração do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC)

Como catarinense acompanho há décadas os anseios da população do Grande Oeste catarinense por investimentos na ampliação e melhoria da infraestrutura dessa fascinante e produtiva região. Distante do litoral, da capital e dos grandes centros de consumo, com uma topografia severamente acidentada e abandonada pelos sucessivos governos, a região parecia fadada, no início do século passado, a viver um processo de entropia e isolamento. As empresas colonizadoras da época começaram a atrair imigrantes europeus que fugiam da guerra com a entrega de terras na vasta e inóspita região. Etnias profundamente vocacionadas para o trabalho e para a vida comunitária – como a alemã e a italiana – tornaram-se protagonistas desse universo em transformação.

Assim, primeiro irrompeu o ciclo da erva-mate e, depois, o da madeira. Quando o extrativismo deu sinais de esgotamento, surgiu o cultivo de lavouras e a ideia da criação intensiva de pequenos animais (aves e suínos) para abate e processamento industrial. Sob a batuta de pioneiros visionários como Atílio Fontana, Saul Brandalise, Plínio Arlindo de Nes, Irmãos Paludo (Artêmio, Carlos Armando e Biágio) e Aury Luiz Bodanese, entre outros, surgiram

pequenas (que depois se agigantaram) agroindústrias, como Sadia, Perdigão, Frigorífico Chapecó, Seara e Aurora com a proposta de um sistema inteprodutor rural viraram parceiros. Modernas técnicas de manejo, profilaxia e gestão foram introduzidas. A produção explodiu. O Oeste tornou-se centro mundial da proteína animal. A mais avançada indústria da carne está instalada nesse território.

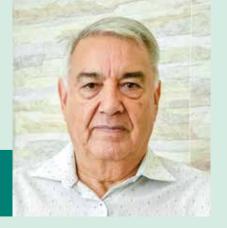
do talento humano, do trabalho dos pioneiros e do capital dos primeiros pequenos empreendedores gerou uma mada pela extensa base produtiva no campo e um avançado parque agroindustrial, compondo um notável ambiente de produção e de negócios. São centenas de indústrias trabalhando direta ou indiretamente em sintonia com mais de 190 mil estabelecimentos rurais. Essa gigantesca máquina produtiva gerou bilhões de dólares em riquezas exportadas e milhões de dólares em arrecadação tributária para os cofres do Estado e da União Federal.

É incompreensível que, apesar dessa imensa contribuição, a região continua abandonada. O sistema rodoviário está

deteriorado, as deficiências no fornecimento de energia elétrica comprometem a expansão industrial e ao mesmo tempo afetam milhares de propriedagrado de produção, no qual indústria e des rurais, enquanto o sistema de água requer urgente atenção. Os aeroportos esperam investimentos há décadas (especialmente o de Chapecó, um dos mais movimentados do sul do Brasil) e a reivindicação de ferrovias para conectar o Grande Oeste aos portos marítimos e também ao Centro-Oeste, depois de 30 Toda a transformação resultante anos, nem sequer tem projeto.

Enfim, as deficiências infraestruturais da região são imensas. Compreensivelmente, várias manifestações estrutura de produção admirável, for- de protesto estão ocorrendo em alguns municípios. A governadora em exercício Daniela Reihner percorreu as rodovias do Oeste catarinense para conhecer a situação de cada uma com o objetivo de fundamentar a reivindicação de investimentos e orientar a ação da Administração Pública. Talvez advenha dessa iniciativa algum arrojado, necessário e oportuno programa de

> Uma região que muito contribui e pouco recebe, o Grande Oeste acostumou-se com nada ou com quase nada. É uma das áreas mais injustiçadas do





R. Delminda Silveira, 200 - Agronômica, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700 FAESC: facebook.com/FAESCSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.SENAR.com.b

DIRETORIA DA FAESC 2015/2019: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente: Enori Barbieri, 2º vice-presidente: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de finaças: José Antônio de Pieri. VICE-PRESI-DENTES REGIONAIS: Adelar Maximiliano Zimmer (Extremo-Oeste), Américo do Nascimento (Oeste), Vilson Antônio Verona (Meio Oeste), Mauro Kazmierczak (Planalto Norte), Lindolfo Hoepers (Vale do Itajai) Márcio Cícero Neves Pampiona (Planalto Serrano) e Vilibaldo Michels (Sul). CONSELHO FISCAL EFETIVO: Fernando Sérgio Rosar, Gilmar António Zanluchi e Donato Favarin. CONSELHO FISCAL SUPLENTES: Nilton Goeder, Fabricio Luiz Stefani e Dionicio Scharf. CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SENAR/SC: Presidente do Conselho Administrativo – Gestão 2015/2018: José Zeferino Pedrozo.

CONSELHEIROS: Walter Dresch (Titular), Luis Sartor (Suplente). Representantes: Federação dos Tra balhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) | Marcos Antônio Zordan (Titular), Neivo Luiz Panho (Suplente). | **Representantes**: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) | Ricardo de Gouvèa (Titular). Cinthya Monica da Silva Zanuzzi (Suplente).

Representantes: Agroindústria | Daniel Klüppel Carrara (Titular), Adilcio Pedro Pazetto (Suplente) Representantes: SFNAR Administração Central, CONSELHO FISCAL: Rita Marisa Alves (Titular), Pedro Cavalheiro de Almeida (Suplente) | Representantes: SENAR Administração Central | Tatiane Mecabó Cupello (Titular), Gilberto Modesto da Silva (Suplente) | Representantes: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) | Joãozinho Althoff (Titulan), Acir Veiga (Suplente)

Representantes: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc) DIRETORIA: Superintendente: Gilmar Antônio Zanluch

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTB SC 0085-JP). Edição: Alessandra Cristina Favretto. Redação: Marcos Antônio Bedin, Aline Thais Gunsett Kaehryan Fauth, Lisiane Kerbes e Alessandra Cristina Favretto

Diagramação / Impressão: COAN Indústria Gráfica



SECA AGRAVA ESCASSEZ DO MILHO

A estiagem que atinge o sul do Brasil afeta a produção e a produtividade das lavouras de milho e de soja. Para Santa Catarina, maior importador de milho do País, a seca pode de aves e suínos.

Levantamento preliminar da FAESC aponta que a metade sul do território barriga-verde - considerando a BR-282 como linha divisória – foi a mais afetada.

O vice-presidente Enori Barbieri acionou os Sindicatos Rurais filiados à FAESC para obter um quadro atualizado da situação. Uma faixa territorial do lado catarinense do Vale do Rio Uruguai, desde Itapiranga até os campos de Lages, está comprometida. O milho retido na propriedade para nutrição do gado leiteiro (milho-silagem) teve redução de 40%, o que certamente impactará a produção de lácteos.

Grande produtora de grãos, a região do meio oeste foi muito prejudicada. Em Campos Novos, 18%

dos 55.000 hectares de soja, 15% dos 12.000 hectares de milho e 12% dos 5.000 hectares de feijão foram perdidos. O município contabiliza R\$ 45 milhões em prejuízos econômicos. agravar o abastecimento das cadeias No Oeste e Extremo Oeste as perdas situam-se em 30%

> Já havia uma previsão de insuficiência de milho em decorrência de fatores naturais (seca em outros Estados, queimadas, atraso no plantio e redução de área cultivada) e econômicos (aumento das exportações do grão em face da situação cambial favorável). Agora, com a extensão da estiagem, agrava-se o quadro de abastecimento.

> Barbieri assinala que é crucial encontrar novas fontes de abastecimento interno, observando que o preço da commodity registra elevação consistente no mercado brasileiro.

O presidente da FAESC José Zeferino Pedrozo - que também é vice-presidente da CNA – avalia que a saída será ampliar as importações de milho da Argentina e do Paraguai. Além disso, deve prosperar a chama-

da Rota do Milho que ligará o Oeste catarinense com a região produtora do Paraguai. Esse país-membro do Mercosul situa-se muito próximo do Grande Oeste de Santa Catarina, produz 5,5 milhões de toneladas, mas pode chegar a 15 milhões com o estímulo das importações brasileiras.

Em resumo: a FAESC prevê que deve faltar milho ainda neste primeiro semestre. "O cenário é preocupante porque, da demanda total, 96% destinam-se à nutrição animal, principalmente dos plantéis de aves e suínos", expõe o dirigente.

O mercado interno ficará dependente da segunda safra (a "safrinha"), a ser colhida em julho, que responde por 70% da produção total de milho. A safra dependerá totalmente do clima e, se as chuvas não forem suficientes, o quadro de oferta e demanda ficará extremamente desequilibrado. A agroindústria espera que a segunda safra de milho garanta o abastecimento no segundo semestre, regularizando o cenário de oferta.

FAESC APOIA MP DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

apoio à Medida Provisória (MP) que moderniza as regras para a regularização fundiária. A MP foi assinada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e pretende simplificar e modernizar a análise necessária para a concessão de títulos, destinados em sua maioria aos pequenos produtores. De acordo com o Governo, a área média dos terrenos a serem regularizados é de 80 hectares.

O presidente da FAESC José Zeferino Pedrozo observa que a propriedade legal e legítima do imóvel rural dá segurança e tranquilidade ao produtor, trabalhador ou empresário rural para investir e ampliar as condições de trabalho e produção. "A escritura do imóvel é um grande estímulo para ampliar e diversificar a produção, otimizando de forma sustentável os recursos do estabelecimento rural", expõe.

Dados do Ministério da Agricultu-

A FAESC manifestou integral ra, Pecuária e Abastecimento (Mapa), os processos de titulação, garantindo apontam que, aproximadamente, 300 mil famílias instaladas em terras da União, há pelo menos cinco anos, deverão ser beneficiadas. Com as propriedades registradas, os produtores definitiva para o problema "secular" poderão ter acesso a crédito e outras políticas públicas fundamentais para a preservação ambiental e o desenvolvimento da atividade agrícola.

> A MP também unificará a legislação da regularização fundiária para todo o País, permitirá conhecer a malha fundiária brasileira e autorizará a utilização da terra como garantia para empréstimos.

> Além de toda a documentação necessária para a regularização, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) utilizará moto (imagens de satélite e veículos aéreos não-tripulados), georreferenciamento e dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para concluir

eficiência na análise de documentos e rigor no cumprimento de normas fundiárias e ambientais.

A medida representa uma solução de regularização fundiária do País, regulariza a questão ambiental e coloca os assentados em um patamar de inclusão produtiva, pois passam a ter acesso ao crédito e à tecnologia.

Uma das mudanças é a ampliação em quase quatro vezes do tamanho das propriedades que podem ser regularizadas com base na declaração do ocupante da terra da União, sem necessidade de vistoria das autoridades no local. Neste caso, a checagem será feita via internet, com análise de documentos, cruzamento de dados tecnologias como sensoriamento re- e monitoramento via satélite. A MP torna mais simples a análise para concessão de títulos de terras que, na maior parte, são destinadas aos pequenos produtores.



De acordo com a Medida Provisória, a regularização fundiária de imóveis com até 15 módulos fiscais ocupante, sujeita à responsabilização penal, civil e administrativa". Esse processo de declaração existe desde 2009, com a criação do programa "Terra Legal", do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O que muda é a ampliação das propriedades que podem solicitar esse tipo de verificação. Antes da medida, agricultores com áreas até quatro módulos fiscais (de 20 a 440 hectares) já tinham direito a fazer a autodeclaração. Agora, esse limite subiu para 15 módulos fiscais (de 75 a 1.650 hectares), o que, segundo o Governo, é considerada uma média propriedade. Módulo fiscal é uma unidade em hectare definida por cada município do País, que varia de 5 a 110 hectares.

É obrigação de quem fizer o pedido: não ser proprietário de outro imóvel rural e não ter sido beneficiado em programa de reforma agrária ou de regularização fundiária rural; que exerça ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, anteriormente a 5 de maio de 2014; que pratique cultura efetiva na área; que não exerça cargo ou emprego público no Ministério da Economia, Ministério da Agricultura, no Incra ou nos órgãos estaduais de terras; que não mantenha em sua propriedade trabalhadores em condições análogas às de escravos; e que o imóvel não se encontre sob embargo ambiental.

Para iniciar o processo de regularização fundiária, o produtor deverá ir até uma regional do Incra, assinar uma declaração e entregar os documentos exigidos. Caberá ao Incra a verificação dos documentos, que será feita via internet, com análise de documentos e monitoramento via satélite. A fiscalização não está descartada na autodeclaração, mas ela só será feita em situação de denúncias por conflitos fundiários ou se o monito-

ramento via satélite encontrar alguma irregularidade.

Antes, existiam duas leis sobre será feita "por meio de declaração do o tema. Uma para a Amazônia (Lei 11.952) e outra para o resto do País (Lei 8.629). Agora, a Medida Provisória unifica essas legislações.

O produtor não tinha que fazer CAR, porta de entrada para o Código Florestal, para pedir a posse da terra. Com a mudança, o ocupante da terra deverá fazer o CAR e, em caso de necessidade, aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

A MP altera também a data limite para que os ocupantes de terras da União possam pedir o título da área. Antes, somente quem estava no terreno até 2008 poderia solicitar a regularização. Agora, quem ocupou a terra até o dia 5 de maio de 2014 terá o direito de pedir a titularidade da área.

A legislação não regulamentava o sensoriamento remoto, como o uso de drones, para a verificação de áreas que estão em processo de titulação. Agora, a lei permite a utilização da tecnologia: 147.316 propriedades estão em condições de serem analisadas por este novo método, sendo 127.816 situadas na Amazônia Legal.

O agricultor não podia utilizar o imóvel como garantia de pagamento do processo de regularização e agora poderá usar. O produtor também poderá dar a propriedade como garantia para financiamentos bancários para financiar a atividade rural.

O Governo também anunciou a criação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) Digital. O CCIR é o documento que comprova o cadastramento do imóvel rural junto ao Incra. O documento é indispensável para transferir, arrendar, hipotecar, desmembrar, partilhar e obter financiamento bancário. O processamento da Declaração de Cadastro Rural poderá ser feito de forma automática pelo sistema, com emissão digital do CCIR ao final do processo.



FAESC CONTRA A TENTATIVA DE TRIBUTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Novas tentativas para aumentar a tributação sobre importantes cadeias produtivas do agronegócio serão perpetradas em 2020 pelo Ministério da Fazenda. A previsão é da FAESC com base no comportamento do Governo em 2019. "Tributar o agro é um erro histórico que muitos países já cometeram, com resultados sociais e econômicos nefastos", adverte o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo.

passado foram várias as tentativas de aumento da carga tributária, que só não prosperaram porque muitos parlamentares que conhecem a importância do setor estavam atentos - mas completo absurdo, algo que não enque continuam na pauta.

Todas as avaliações indicam que a área técnica do Governo insistirá no aumento da tributação. Por isso, alguns temas exigem atenção, em especial o Convênio 100, pactuado pelo Conselho Fazendário Nacional (Confaz) e pada com a MP 899, que criou uma que reduz ou isenta a base de cálculo de inúmeros insumos utilizados na produção agrícola. Os Secretários da Fazenda se reunirão para discutir a renovação ou não do Convênio 100/97 para os anos de 2020 e 2021. Ainda não há consenso no Confaz sobre a sua prorrogação. Na prática, é possível prever que alguns produtos serão excluídos. A solução sairá na reunião programada para março próximo. Pedrozo avalia que não prorrogar a referida norma implicará em aumento de carga tributária para o agronegócio de até 7,6% no preço dos insumos.

Outro tema preocupante está relacionado à PEC 133, a chamada "PEC paralela da Reforma da Previdência". Existe previsão de taxação do agronegócio exportador com a in-

clusão da contribuição à Previdência Social por parte de empresa exportadora e do produtor pessoa física que exporta diretamente. A ameaça dessa tributação ganhou corpo com a aprovação do relatório do senador Tarso Jereissati, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. O relatório contempla a tributação nas exportações do agro.

A proposta pretende a reoneração O dirigente observa que no ano das receitas decorrentes de exportações do setor do agropecuário. O tributo deve somar R\$ 60 bilhões ao caixa da Previdência nos próximos dez anos. "Tributar as exportações é um contro paralelo em nenhum sistema tributário racional", protesta o presidente. Em fevereiro o STF julgará a validade dessa cobrança do Funrural na atual legislação.

A FAESC também está preocunova espécie de parcelamento tributário, que deverá ter fraca adesão em decorrência dos descontos baixos e de muita discricionariedade por parte da Fazenda Nacional. Com isso, perde-se a oportunidade de regularizar o passivo do Funrural. Foram apresentadas 700 emendas a essa matéria.

A quarta preocupação é a CPI do Funrural criada com a finalidade de cobrar do Palácio do Planalto e dos Ministérios da Fazenda da Agricultura uma solução definitiva sobre a remissão das dívidas do Funrural. Outro objetivo da proposta é levantar dados oficiais sobre o passivo do fundo, estimado em R\$ 11 bilhões pela Receita. Se a CPI concluir ser inviável o perdão, o débito poderá ser cobrado imediatamente.



AMEACAS

Pedrozo adverte que se essas proposições se tornarem lei, o produto brasileiro perderá competitividade no mercado externo. A elevação do custo mediante aumento da tributação ao produtor rural terá profundos efeitos negativos. "Será um desestímulo a quem carrega o País nas costas a duras penas", lamenta.

Assevera que uma possível tributação afetará a economia brasileira com a redução das exportações e, os produtores rurais, com a perda de renda. A competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional despencaria e, em alguns casos, inviabilizaria as exportações.

Pedrozo disse compreender a necessidade do Governo Federal em aumentar a arrecadação e buscar o equilíbrio das contas públicas, mas coloca que "é um erro grave e grosseiro penalizar o setor que se tornou a locomotiva da economia nacional e está garantido o superávit da balança comercial nas últimas décadas".

O presidente da FAESC observa que o tema assume proporções ainda mais sinistras nessa fase em que foram estabelecidos novos acordos comerciais, vitais para a economia brasileira, como o recente acordo Mercosul/União Europeia, no qual haverá transação de mercadorias sem incidência de tributos entre os países.

"Tributar as exportações do setor primário será um grave equívoco. Perderemos nossa competitividade até mesmo no mercado doméstico, por exemplo, para os produtos agropecuários exportados pela União Europeia, pois além de não tributar as exportações, a Comunidade Europeia ainda fornece subsídios agrícolas para os seus produtores", encerra.



PARECER DA AGU ESCLARECE **DÚVIDA SOBRE CULTIVO DE ÁREAS** DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

Santa Catarina foi pioneira ao instituir o primeiro Código Estadual do Meio Ambiente do Brasil por meio da Lei 14.675, sancionada há dez anos pelo governador Luiz Henrique da Silveira. Foi um dos mais importantes atos para a agricultura e o agronegócio barriga-verde. A lei foi considerada medida de salvação do setor primário da economia. A aprovação do Código Ambiental era uma questão de vida ou morte para a agricultura e toda a vasta cadeia do agronegócio. Era o fim da insegurança jurídica que ameaçava paralisar o setor primário.

O presidente FAESC José Zeferino Pedrozo lembra que a lei catarinense influenciou a criação do Código Florestal Brasileiro, aprovado pelo Congresso em 2012. Ambos os códigos são leis complexas, que, com o tempo, sofrerão aperfeiçoamento, mas que se constituíram em grande avanço para a proteção e o uso racional dos recursos naturais, reafirmando o conceito de que as florestas e a vegetação nativa são bens de interesse comum, advindo daí o comprometimento com a preservação do patrimônio vegetal e

com a biodiversidade.

Uma decisão jurídica e administrativa anunciada em Brasília, reafirma a legitimidade e a constitucionalidade dos Códigos e esclarece em definitivo uma questão que estava tirando o sono dos produtores: proprietários rurais com áreas consolidadas até 22 de julho de 2008, dentro do bioma Mata Atlântica, podem voltar a explorar a atividade rural. Esse anúncio é tão fundamental que foi feito no Palácio do Planalto, em um evento com o presidente da República, Jair Bolsonaro, produtores e lideranças políticas.

Bolsonaro e o ministro da Advocacia Geral da União (AGU) André Luiz de Almeida Mendonça assinaram o parecer vinculante da AGU que reconhece a aplicabilidade legal do Código Florestal Brasileiro no bioma da Mata Atlântica. Assim, mais de 220 mil agricultores, em 996 municípios, de 10 Estados serão beneficiados com a norma, inclusive com a remissão de multas. Esse parecer esclarece uma interpretação errada da lei. As áreas consolidadas dentro do bioma Mata Atlântica

podem e devem ser cultivadas para produção agrícola e/ou pecuária.

A FAESC, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e outras entidades do agronegócio intensificaram o esforço pela correta aplicação da lei ambiental em 2015, quando foi deflagrada uma operação do Ibama que resultou em multas, apenas nas propriedades dos Campos de Cima da Serra, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul que podem superar R\$ 300 milhões. Agora, a norma traz alívio aos agricultores.

Em fevereiro de 2018, o presi-Durante a solenidade o presidente dente da FAESC chefiou delegação a Brasília para expor ao Ministério do Meio Ambiente abusos praticados pelo Ibama contra produtores da serra catarinense. Foram apresentadas as reivindicações dos produtores rurais da Coxilha Rica notificados e multados pelo órgão federal, dois deles, inclusive, com multas em valores elevados e outro com área embargada. Interpretação errada da lei motivava a penalização com multa, mas, isso agora está equacionado com a medida da AGU.

CURSO DE FORMAÇÃO DE AQUAVIÁRIOS QUALIFICA 252 PESCADORES EM SC

O SENAR/SC, órgão vinculado a FAESC, juntamente com o Sindicato Rural de Florianópolis, as Colônias de Pescadores da grande Florianópolis, o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (IGEOF) e a Capitania dos Portos de Santa Catarina, capacitaram 252 pescadores catarinenses no Curso de Formação de Aquaviários. O objetivo foi preparar profissionais aptos a exercer a função de patrão de embarcações de pesca, sendo responsáveis pelas manobras e a segurança dos aquaviários a bordo.

Os cursos ocorreram nos municípios de Balneário Barra do Sul. Palhoça, São José, Itapoá, Imarui, Biguaçu, Florianópolis e Passo de Torres, totalizando 756 horas. Condução e operação de pesca, sistema de propulsão a motor diesel, conhecimentos elementares de primeiros socorros, prevenção de combate à incêndio e segurança em operações de aquaviários e técnicas de sobrevivência pessoal estiveram entre os assuntos abordados.

"A capacitação de Aquaviário para pescadores foi muito importante para a qualificação desses profissionais. Muitos aprendem a profissão na infância, quase sempre com o pai, mas desconhecem procedimentos básicos de segurança que garantem sua proteção e o seu retorno à terra. Além disso, permite um canal direto com a Capitania dos Portos, facilitando a disseminação de informações relevantes para quem se lança ao mar", enfatizou o capitão de mar e guerra da Capitania dos Portos de Santa Catarina Alexandre Lopes Vianna de

O pescador de Florianópolis, Saziano Henrique Florindo, foi incentivado a exercer a atividade e adquiriu



experiências com a pesca desde os sete anos, período que auxiliou o pai com barco a manivela. Ele explica que o barco é totalmente diferente de um navio e por isso precisou de atenção dobrada. "Como verificar os itens de segurança obrigatórios, como utilizar as boias e como apagar os incêndios foram as orientações mais importantes para mim. Geralmente, estamos preocupados com o mar se está ou não para peixe, se as condições climáticas estarão favoráveis e não prestamos atenção em detalhes essenciais".

De acordo com o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC José Zeferino Pedrozo, o curso, além de ter orientado os procedimentos da pesca e capacitado profissionais qualificados, contribuiu para que os pescadores exercessem suas atividades conforme a legislação. "Ficamos felizes por ter cumprido com o objetivo. Os pescadores tiveram à disposição aulas gratuitas e aproveitaram a oportunidade de crescimento, desenvolvendo o trabalho de forma segura e regular".

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, observou que muitos pescadores garantem o sustento da família por meio da atividade, seja levando o alimento para casa ou comercializando. "Com o curso aplicamos conhecimentos teóricos e práticos, que já estão sendo exercidos por pescadores e contribuirão com o desenvolvimento da produção sustentável, com a competividade e os avanços sociais, formando um cenário de crescimento constante", enfatizou.

Em 2020 seis turmas ainda serão capacitadas. "Conforme o termo de cooperação técnica e financeira firmado entre as entidades serão ministrados cursos para 15 turmas no total. No primeiro semestre deste ano o curso será promovido nos municípios da Capitania dos Portos de Santa Catarina e na Delegacia da Capitania dos Portos em Laguna", concluiu a técnica em atividades de formação profissional do SENAR/SC Nayana Setubal Bittencourt.

BALANÇO 2019



COM ATeG, 3,5 MIL PROPRIEDADES RURAIS AUMENTAM A PRODUTIVIDADE EM SC

A Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), promovida pelo SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC, atendeu, em 2019, 3.525 propriedades rurais com o objetivo de aplicar técnicas de produção e de gerar o desenvolvimento econômico. O programa beneficiou produtores rurais de 245 municípios, representando 83% do território catarinense, e foi realizado com o apoio de 85 Sindicatos Rurais.

A metodologia da ATeG foi aplicada de acordo com o planejamento de crescimento da produção e das necessidades dos estabelecimentos rurais. A ATeG atendeu 1.778 propriedades nas cadeias produtivas de

bovinocultura de leite; 1.463 na bovinocultura de corte; 180 na ovinocultura de corte; 90 na apicultura; 83 na piscicultura; 89 na olericultura e 26 na maricultura.

Para aumentar a produção e a rentabilidade dessas propriedades foram realizados o diagnóstico produtivo individualizado, o planejamento estratégico, a adequação tecnológica, a capacitação profissional complementar e a avaliação sistemática de resultados, monitoradas pelos supervisores regionais e técnicos do SENAR/SC.

"O acompanhamento sistemático dos estabelecimentos rurais con-

tribuiu para a avaliação tanto nos indicadores técnicos da atividade rural quanto dos econômicos. Os técnicos de campo, juntamente com os produtores, tomaram decisões assertivas, alcançando incremento de renda e aumento na produção de alimentos", avaliou o superintendente do SENAR/SC Gilmar Antônio Zanluchi.

Entre os benefícios da ATeG estão a ampliação da sustentabilidade da produção agrícola, o engajamento da família na atividade produtiva, a geração de emprego e renda no campo e a melhoria da qualidade de vida no mejo rural.

"Os produtores estão satisfeitos com o programa, eles ressaltaram a importância das visitas técnicas, desde o diagnóstico individual das propriedades, atendendo as especificidades de cada estabelecimento, até a metodologia aplicada. Também avaliaram positivamente a motivação que receberam para cumprir com os desafios propostos", afirmou a coordenadora de assistência técnica e gerencial Paula Araújo Dias Coimbra Nunes.

Ainda foram realizadas 74 oficinas técnicas na ATeG Bovinocultura de Corte; 14 na ATeG Bovinocultura de Leite; 12 na ATeG Ovinocultura de Corte; uma na ATeG Piscicultura e uma na ATeG Maricultura. O Dia de Campo da Ovinocultura de Corte (Mafra), reuniu 350 pessoas e os seminários Estaduais de Bovinocultura de Corte (Campos Novos) e Bovinocultura de Leite (Chapecó) totalizaram mais de 3.000 pessoas.

"Os técnicos e produtores rurais planejaram as oficinas de acordo com as necessidades de cada propriedade rural. Também identificaram o número de animais que os estabelecimentos comportam por hectare. Para aumentar a produção e o índice de prenhez, foram abordados assuntos como manejo das pastagens, melhoramento genético do rebanho e inseminação artificial em tempo fixo. Avaliamos as mudanças da unidade conceito e obtivemos resultados positivos", ressaltou o coordenador do programa em pecuária de corte Antônio Marcos Pagani de Souza.

O presidente do Sistema FAESC/ SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, antecipou que a assistência técnica e gerencial continuará sendo prioridade em 2020. "Os resultados que a ATeG apresentou comprovam que os objetivos de elevação da produção, produtividade, qualidade e renda foram alcançados. Este ano, o propósito é continuar transformando os produtores em empresários rurais de alta performance", destacou.





ATeG

O programa é desenvolvido em duas fases. Na primeira, cada técnico de campo atende até 30 propriedades rurais por mês durante dois anos. As visitas mensais têm duração de quatro horas. Na segunda fase, as visitas são bimestrais no período de 24 meses.

Para atender os produtores rurais, a ATeG conta com 120 técnicos de campo (88 homens e 32 mulheres). Desses, 67 são médicos veterinários; 37 engenheiros agrônomos; 11 zootecnistas; dois engenheiros de aquicultura; dois técnicos apícolas e um engenheiro ambiental, sendo que 64 são graduados, 37 especialistas, 15 mes-

tres, dois técnicos e dois doutores.

Os proprietários rurais precisam se comprometer com os objetivos e os princípios do programa, desenvolver o diagnóstico e o plano de trabalho da propriedade, acompanhar a visita do técnico e cumprir as recomendações técnicas e gerenciais.

A atuação dos Sindicatos Rurais é organizar as ações do programa, auxiliar na seleção de produtores e dos cursos de formação, acompanhar as visitas técnicas, desenvolver relatórios mensais e pagar as despesas dos cursos complementares, das reuniões e das visitas.



PRÊMIO CNA AGRO BRASIL CONSAGRA PRODUTOR RURAL DE SANTA CATARINA

Pecuária do Brasil (CNA) promoveu, em dezembro, a quarta edição do Prêmio CNA Agro Brasil com o objetivo de homenagear profissionais, personalidades e empresas que se destacaram pelos serviços prestados em benefício do agronegócio. Na categoria ATeG 2019 - Gestão e Resultado houve empate: foram consagrados o produtor rural Enio Bridi, representado por Rafael Bridi, de Santa Catarina, e a produtora rural Gilvandira Carneiro da Silva, da Bahia. Ambos ganharam um carro Pick-up Strada Working, ano 2019, 0 km.

Para receber o prêmio, a família Bridi, de Joaçaba (SC), foi reconhecida como caso de sucesso modelo da metodologia da Assistência Técnica e Gerencial, cumprindo com os requisitos de engajamento do produtor com o Sistema CNA/SENAR, de pro-

A Confederação da Agricultura e moção da sucessão familiar, de desenvolvimento profissional, de inovação e sustentabilidade, de adequação ambiental da propriedade rural, de adoção de boas práticas e desempenho e dos resultados técnicos e financeiros por meio da Assistência Técnica e Gerencial (ATeG). Santa Catarina também foi representada pelo produ-Corte, Wilson Luiz Kauling. Os 16 produtores rurais que concorreram nessa categoria receberam um troféu de honra ao mérito.

> De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Joaçaba, Clemerson Pedrozo, o Sistema FAESC/SENAR-SC. em parceria com os Sindicatos Rurais filiados à FAESC, atende em Santa rurais por meio da ATeG.

"Receber o prêmio nacional nos enche de orgulho. Foi a certeza de que de todo esse trabalho", ressaltou.

estamos no caminho certo: produtores, supervisores, técnicos, Sindicato Rural de Joaçaba e Sistema FAESC/ SENAR. Foi, também, o reconhecimento da excelência do trabalho desenvolvido nas propriedades rurais do nosso Estado e, em particular, de nossa região", comemorou.

A coordenadora de assistência tor rural da ATeG Bovinocultura de técnica e gerencial, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, destacou que a ATeG iniciou em 2016, com o objetivo de promover o desenvolvimento das propriedades, gerando melhorias na gestão, no manejo, na alimentação, nas instalações, na nutrição e na qualidade do produto. "A ATeG atendeu mais de 6.200 produtores rurais, desenvolvendo diagnóstico, planejamen-Catarina a milhares de produtores to, adequação tecnológica, formação profissional do produtor e análise de resultados. A premiação foi resultado

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, parabenizou as ações desenvolvidas por produtores rurais, técnicos de campo, supervisores técnicos e regionais, coordenadores e equipe do Sistema FAESC/SENAR. "A família Bridi representa o trabalho de todas os produtores que aderiram ao programa. A ATeG exige participação efetiva de todos. O reconhecimento foi consequência da dedicação e das atividades que fazemos visando o desenvolvimento diário das propriedades e bons resultados", afirmou.

"O sentimento foi de satisfação. A ATeG, além de promover o desenvolvi-

mento das propriedades, gerar renda e propiciar qualidade de vida, proporciona alegria e troca de experiências. Os dois produtores rurais foram justamente presenteados, a premiação foi mérito de cada família que representou o programa", finalizou o presidente do Sistema FAESC/SENAR José Zeferino Pedrozo.







PERFIL DO PROFISSIONAL

A propriedade do empresário rural Enio Bridi ingressou no programa em agosto de 2016 com o objetivo de aumentar a produção de leite e torná-la a principal fonte de renda da família, que na época era a fumicultura.

Para cumprir as metas, a família dedicou-se no desenvolvi-

fazer os controles gerenciais da mento do diagnóstico da proprie- propriedade, no primeiro perí- anual teve aumento de 48%.

dade e na adaptação das áreas que odo a produção de leite cresceu eram utilizadas para a produção 46%, representando um aumento do fumo. Além disso, passou a na média mensal de 23.842 litros para 34.844 litros. Na produtivipropriedade. Os resultados téc- dade a evolução foi de 43%, sainnicos e econômicos obtidos por do da média de 17,67 litros vaca/ meio da ATeG foram excelentes. dia para 25,36 litros vaca/dia. Em Conforme o relatório de acom- relação ao custo total, o mesmo panhamento desenvolvido da reduziu em 18.91% e a receita

REFERÊNCIA NACIONAL **ENCADEAMENTO PRODUTIVO**

OUTROS ESTADOS CONHECEM EXPERIÊNCIA DA ATeG EM SC

Objetivo foi promover o intercâmbio de conhecimento e oportunizar visitas as propriedades de bovinocultura de leite

Sete regionais do SENAR e representantes do SENAR Central estiveram reunidos, em Chapecó, para troca de experiências sobre bovinocultura de leite. A reunião teve como objetivo apresentar a forma de operacionalização do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) em Santa Catarina e visitar propriedades rurais. Os Estados presentes na missão, além de SC, foram Acre, Amazonas, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

A visita ocorreu no mês de novembro de 2019. Estiveram presentes os supervisores regionais do SENAR Grasiane B. Viera (extremo oeste) e Helder Jorge Barbosa (Oeste), e os supervisores técnicos da ATeG Fernan-Leandro Simioni.

O assessor técnico do SENAR Central, Mauro Moura Müzell Faria, acompanhou as atividades. "Tenho visto que muitos Estados têm interesse em conhecer os trabalhos da regional de Santa Catarina, pois ela já se tornou referência com os resultados positivos. A troca de experiências proporcionada foi muito importante para que outras regionais identifiquem problemas que aqui já possam ter sido resolvidos e também apresentem soluções utilizadas em seus Estados. Isso com certeza enriquece o trabalho daqueles que estão iniciando a ATeG", comentou. "Nós como administração central somos direcionadores. Quem executa os programas são as regionais. Por isso, é imprescindível fazer este acompanhamento e colaborar na realização de momentos como este", acrescentou.



A coordenadora estadual da ATeG, Paula Araújo Dias Coimbra, frisou que a intenção foi "apresentar o que é feito em Santa Catarina e também trocar experiências com do da Silveira, Jeam Carlos Palavro e as demais regionais que executam a ATeG". Segundo ela, o programa iniciou no Estado em 2016 com 69 grupos e 1.692 propriedades, e fechou 2019 com 3.525 propriedades. Paula explicou como funciona a preparação da equipe técnica e esclareceu dúvidas. Ela ainda apresentou financeiro e os softwares e processos utilizados para computar e otimizar os resultados.

> "Nosso propósito foi apresentar a ATeG Bovinocultura de Leite para as sete regionais e promover um intercâmbio de conhecimento", explicou o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi. "O ponto alto são as visitas a campo. Os superintendentes e coordenadores presentes puderam conhecer in loco o trabalho que realizamos e apresentamos na teoria. Conversar com os produtores também é algo que valo-

rizamos, já que o objetivo da ATeG é proporcionar o desenvolvimento socioeconômico da propriedade. Nos tornar referência é consequência do trabalho dedicado e de conquista do produtor", reforcou Zanluchi.

Com grande expectativa de conhecer os produtores do Oeste catarinense, o superintendente do SENAR/PE, Adriano Moraes, reforçou que Santa Catarina é reconhecida pelo trabalho realizado. "Nós estamos ampliando o programa em como são feitos os controles físico e Pernambuco. Então, em contato com a Central, nos sugeriram a participação neste encontro. Esta foi uma oportunidade de escutar do próprio beneficiário as mudanças ocorridas na propriedade a partir da implantação da ATeG", enfatizou. "Este é um novo desafio a ser desenvolvido em um Estado carente de assistência técnica", complementou.

As propriedades visitadas pela equipe estão localizadas nos municípios de Nova Itaberaba, Xavantina, Seara, São Carlos e Nova Erechim, que contemplam as regiões Oeste e Extremo Oeste do SENAR/SC.

NOVA ETAPA ENFATIZA APRIMORAMENTO DA PRODUÇÃO DE PROTEÍNA ANIMAL

Reunião técnica avalia ações desenvolvidas e projeta medidas de aprimoramento

Balanço das ações realizadas durante 2019 em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul e possibilidades futuras de aprimoramento das áreas de produção de proteína animal foram os destaques da reunião no mês de dezembro com lideranças e representantes das cooperativas filiadas sobre o programa "Encadeamento Produtivo Cooperativa Aurora Alimentos: suínos, aves e leite", em Chapecó.

Desde 2017 o Encadeamento Produtivo tem focado sua atuação na preparação do elo com o produtor com ênfase na qualidade, sustentabilidade e produtividade. A intenção é ampliar o programa ao selecionar inovações junto a Aurora na área industrial, conectar inovações disponíveis no mercado e tos, Neivor Canton, o Encadeameninserir outros atores nessa cadeia produtiva para trazer soluções inovadoras, a exemplo de startups ou empresas de na qualificação no campo com aprobase tecnológica.

"Abordamos a importância de trabalharmos a melhoria genética suína, uma vez que o foco até o momento foi a genética leiteira. Também há possibilidade de incluirmos a questão da inovação na avicultura tanto na produção de ovos quanto no frango de corte", antecipou o analista de competitividade do Sebrae Nacional Gustavo Reis.

Para o coordenador nacional do programa Encadeamento Produtivo,

Renato Perlingeiro, a reunião proporcionou conhecer os desafios enfrentados pelos gerentes dos setores de proteína animal nas cooperativas filiadas. "Ao saber suas necessidades pensamos em alternativas para auxiliar nesse desafio. Debatemos esses temas mais sofisticados em Santa Catarina, que iniciou o programa, tem atuado com competência para melhorar o desempenho nos outros Estados, tem o maior volume de público atendido e pela maturidade dos atores envolvidos", argumentou ao explicar que está em análise a qualificação do setor de piscicultura que trará opções para outras regiões.

De acordo com o vice-presidente da Coopercentral Aurora Alimento Produtivo realizado há mais de 20 anos apresenta resultados relevantes ximadamente 30 mil famílias alcancadas. "Essa reunião foi importante para avaliar as ações de 2019 e realizar as correções de rota necessárias, por isso debatemos as novas etapas, com ênfase para inovação e ampliação. Olharemos para outras áreas da cooperativa, o que culminará em novas atividades a partir dessa parceria decisiva com o Sebrae, SENAR, Sescoop, Sicoob, Fundação Aury Luiz Bodanese e as cooperativas filiadas", enfatizou.





RESULTADOS

Em 2019, foram realizados os seguintes treinamentos: De Olho, De Olho Granjas, Qualidade Total Rural, Times de Excelência, Sustentabilidade Aplicada em Empresas Rurais, Resgate De Olho e capacitação das equipes técnicas nos quatros Estados contemplados. Em Santa Catarina foram realizados 98 treinamentos, no Rio Grande do Sul 23, no Paraná 5 e no Mato Grosso do Sul 2.

SENAR É PARCEIRO

com as parcerias do Sebrae, do

desenvolvido em Santa Catarina Auriverde, da Coolacer, da Copér- A1 e da Copérdia. No Paraná partidia, da Caslo, da Cooper A1 e da SENAR, do Sescoop, do Sicoob, da Coopervil. No Rio Grande do Sul,

O Encadeamento Produtivo é Cooperalfa, da Cooperalf cipam o Sebrae, a Cooperalfa, a Copérdia e a Cocari e, no Mato Grosso Fundação Aury Luiz Bodanese, da conta com a parceria do Sebrae, do do Sul, Sebrae, Coasgo e Cooperalfa.

REDE E-TEC REDE E-TEC

ALUNOS VISITAM PROPRIEDADES E AGROINDÚSTRIAS CATARINENSES

As visitas de campo estão entre as atividades desenvolvidas no Curso Técnico em Agronegócio da Rede e-TEC, promovido pelo SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC. Mais de 100 alunos dos polos de Campos Novos, Fraiburgo, Lages e São José visitaram propriedades do meio rural com o objetivo de conhecer as experiências diárias dos produtores.

De acordo com o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, as visitas promovem o conhecimento da realidade rural e das características das atividades do agronegócio. "As visitas técnicas são fundamentais para os alunos que têm exemplos de como administrar as suas propriedades, considerando que o trabalho procedido corretamente deve gerar bons resultados, independentemente do tamanho da área, e impulsionar o setor", ressaltou.

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, destacou que a grade curricular do curso foi estruturada com o objetivo de especializar produtores rurais na gestão de propriedades rurais. "Os produtores rurais fomentaram a importância do gerenciamento de acordo com as características e os objetivos de cada estabelecimento. Os alunos agregaram conhecimento por meio do conjunto dessas experiências relatadas e do conteúdo teórico apresentado", assinalou.

POLO DE SÃO JOSÉ

Na disciplina de Técnica de Produção Vegetal, 28 estudantes do polo de São José visitaram as propriedades do município de Imbuia, localizado no Vale do Itajaí, e conheceram vários cultivos, como de cebola, beterraba, batata aipo, orgânicos e tabaco.





A engenheira agrônoma Julia Dias do Nascimento identificou o Curso Técnico em Agronegócio como um meio de agregar conhecimento. "Em oportunidades de conhecer tantas propriedades. Eu me formei no Acre, então, mos em sala de aula", enfatizou.

o processo de cultivo da região e a troca de experiências com agricultores e com produtores rurais foi um aprendizado diferente. As visitas técnicas, distintas cinco anos de faculdade eu não tive da teoria, permitiram visualizar e fixar o conteúdo que aprendemos e imagina-



POLO DE FRAIBURGO

Dezesseis alunos do polo de Fraiburgo visitaram, por meio da disciplina Tecnologia e Inovação Agropecuária, a Incubadora Tecnológica de Luzerna, no Meio Oeste, com o objetivo de salientar a importância de investir nas tecnologias voltadas ao agronegócio. De acordo com a tutora da Rede e-TEC e mestre em Zootecnia, Talita Cristina Taffarel, a visita desmistificou o que os alunos pensavam sobre inovação.

"A tecnologia não é somente a ela-

"O contato acadêmico com o mer-

cado e os profissionais envolvidos no

boração de um software ou de um aplicativo, ela também é produzida por meio das demandas denominadas 'dores do produtor rural'. Eles levantam as problemáticas e solucionam da melhor forma possível para tornar mais eficiente a produção. Muitas vezes as respostas para resolver os problemas na propriedade existem, mas precisam ser adaptadas para cada atividade. A tecnologia não precisa ser cara, pois mesmo simples resolve o problema", explicou Talita

POLO DE LAGES

Os alunos do polo de Lages visitaram a empresa Cooperplan por meio da disciplina Associativismo, Cooperativismo e Sindicalismo, orientados pela instrutora Marlinde Hoepers. Camila Batalha Chiodelli esteve entre os 33 alunos que participaram da atividade. Ela destacou que a visita técnica foi de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem.

POLO DE CAMPOS NOVOS

A última visita técnica foi realizada pelo polo de Campos Novos e ocorreu por meio da disciplina de Técnicas de Produção Animal, voltada à ovinocultura de corte e truticultura. De acordo com a secretária do polo de Campos Novos, Jurema Aparecida Barboza, a visita foi importante porque os alunos perceberam as dificuldades de produção, números, rentabilidade, viabilidade do negócio e, também, tiveram exemplos de ações que podem ser desenvolvidas em suas propriedades.

Vinte e seis alunos participaram das

de Santa Catarina", destacou Camila.

processo produtivo foram fundamentais para a expansão do conteúdo ministrado em sala de aula, possibilitando ampliar o olhar sobre o papel do cooperativismo na cadeia produtiva do agronegócio e a sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico No polo de Lages, alunos visitaram a empresa Cooperplar O CURSO

O curso Técnico em Agronegócio da Rede e-TEC iniciou em Santa Catarina no ano de 2014, com o objetivo de formar profissionais habilitados na aplicação das técnicas de gestão e de comercialização do agronegócio. A capacitação permite aos alunos conhecer a realidade do meio rural e as peculiaridades das atividades produtivas do agronegócio brasileiro, identificar as potencialidades, as limitações e os desafios futuros e das principais cadeias produtivas, analisar problemas em sistemas e processos de gestão e de produção e aplicar técnicas de empreendedorismo com capacidade crítica, criativa e inovadora.

atividades. O aluno Denilson Maceda destacou a importância das atividades práticas aliadas a teoria. "As experiências compartilhadas por produtores rurais são essenciais para que possamos nos nortear e futuramente atingir o sucesso aplicando os exemplos em nossa propriedade. O trabalho tem sido realizado de forma tão entusiasmante que muitos jovens perceberam os benefícios de viver no meio rural, por exemplo, a qualidade de vida e o retorno financeiro", salientou.





PROGRAMA SAÚDE DO HOMEM RURAL ATENDE 1,9 MIL PRODUTORES EM SC

O SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC, atendeu, em 2019, 1.910 produtores rurais pelo programa Saúde do Homem Rural. O objetivo foi orientar sobre a prevenção de doenças e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos participantes de nove municípios catarinenses.

Conforme levantamento realizado pelo SENAR/SC, no ano passado foram realizados 1.684 exames de Antígeno Prostático Específico (PSA) e 298 exames físicos. Também foram coletados 179 testes rápidos de Sífilis, 179 de HIV e 179 de Hepatites B e C. Os municípios de Timbé do Sul, Porto União, Turvo, Curitibanos, Major Vieira, Braço do Norte, Jacinto Machado, Erval Velho e Paulo Lopes foram contemplados pelo programa em Santa Catarina.

"Quanto mais produtores rurais participarem menor será a incidência das doenças masculinas, pois estão expostos aos mais diversos riscos,

até mesmo em função das atividades diárias que praticam. Por isso, os programas de prevenção à saúde são fundamentais. Precisamos incentivar o homem também a ter esses cuidados e a realizar frequentemente os exames de rotina", afirmou o superintendente do SENAR/SC Gilmar Antônio Zanluchi.

Para promover o controle de fatores de riscos que afetam diretamente a saúde do homem rural, foram abordados temas sobre o diagnóstico precoce e prevenção do câncer de próstata, de pênis e das doenças sexualmente transmissíveis, a violência doméstica e outros temas relevantes. Para implementar essas ações, o SENAR/SC firmou parceria com os Sindicatos dos Produtores Rurais, as Secretarias de Saúde dos municípios atendidos e a Sociedade Brasileira de Urologia.

De acordo com a técnica do SE-NAR/SC Gisele Kraieski Knabben, o

programa Saúde do Homem Rural também promoveu palestras motivacionais, fomentando a troca de experiências. "Foi fundamental realizar atividades que auxiliam no aspecto psicológico. Alguns palestrantes ministraram o conteúdo por meio da música e do humor, enaltecendo a importância dos exames preventivos de câncer de próstata e da desconstrução do machismo, que pode interferir no cuidado da saúde dos produtores", ressaltou.

Para 2020, estão previstos cerca de 12 eventos para auxiliar aproximadamente 2.400 homens inseridos no meio rural. "É importante orientar sobre os cuidados com a saúde, principalmente sobre os cuidados com o câncer de próstata, gerando oportunidades de educação e de prevenção melhorando sua qualidade de vida", afirmou o presidente do Sistema FAESC/SENAR José Zeferino Pedrozo.

QUALIDADE DE VIDA: PROGRAMA SAÚDE DA MULHER RURAL AUXILIA 2,4 MIL PRODUTORAS

O SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC, atendeu, em 2019, 2.426 produtoras no programa Saúde da Mulher Rural que, além de promover os cuidados e o bem-estar físico, motivou a autoestima e a troca de experiências em 10 municípios catarinenses.

Levantamento realizado pelo SENAR/SC apontou que no ano passado foram realizados 1.701 exames de Papanicolau; 227 vacinas; 247 testes rápidos de Sífilis, 427 de HIV e 442 de Hepatites B e C; e 47 atendimentos nas áreas de oftalmologia, odontologia e nutrição.

As ações ocorreram nos municípios de Major Vieira, Orleans, Herval d'Oeste, Porto União, Santo Amaro da Imperatriz, Anita Garibaldi, Rancho Queimado, Rio das Antas, Anitápolis e Vargem Bonita em parceria com os Sindicatos dos Produtores

Rurais e as Secretarias de Saúde dos municípios atendidos.

Temas como educação em saúde, diagnóstico precoce, prevenção do câncer de colo do útero e das doenças sexualmente transmissíveis, vacinação e violência doméstica foram abordados, promovendo o controle de fatores de riscos que afetam diretamente a saúde da mulher rural.

"O programa teve como objetivo sensibilizar e conscientizar as mulheres, promovendo a saúde física e mental, bem como mudanças de comportamentos que impactam na qualidade de vida individual e de seus familiares", afirmou a técnica do SENAR/SC e responsável pelos programas de saúde Gisele Kraieski Knabben.

De acordo com o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, uma das preocupações foi aler-



tar as mulheres sobre a importância dos cuidados com a saúde, principalmente a prevenção do câncer de colo do útero. "A orientação foi fundamental e contribuiu para o bem-estar das participantes, pois quanto antes diagnosticar a doença mais chances têm de tratar com eficiência", destacou.

REDE CATARINA

A parceria entre a Polícia Militar de Santa Catarina, por meio da Rede Catarina de Proteção à Mulher, e o SENAR/SC levou conhecimento da legislação sobre os casos de violência doméstica. De acordo com a cabo do 11ºBPM, Juliana Fátima Barp Machado, nas áreas rurais ocorreram casos

graves de agressão devido a distância entre as propriedades vizinhas, as comunidades e os órgãos de segurança, o que aumenta a dificuldade das mulheres em denunciar ou pedir proteção.

"Apesar de termos as leis mais bem elaboradas do mundo, é muito importante a participação da comunidade e, principalmente, das vítimas para denunciar. A violência contra a mulher não deve ser tolerada de forma alguma, devido a saúde física e mental das mulheres e das graves consequências em relação ao núcleo familiar, em especial os filhos", enfatizou Juliana.

PROGRAMAÇÃO 2020

Estão previstos, em 2020, 12 eventos para auxiliar aproximadamente 1.800 mulheres inseridas no meio rural. "A intenção do Sistema FAESC/SENAR é gerar oportunidades de educação e de prevenção,

promovendo a qualidade de vida para as pessoas do meio rural. É importante orientar, principalmente sobre o diagnóstico e os cuidados com o câncer, além de combatermos a violência, buscando alter-

nativas para garantir a integridade física e mental das mulheres que têm dificuldade para denunciar os casos de agressão", afirmou o presidente do Sistema FAESC/SENAR José Zeferino Pedrozo.

INFORMAÇÃO PARA O CAMPO

Conhecimento é uma necessidade diária para o produtor e o empresário rural.

Para ficar bem informado receba gratuitamente o

BOLETIM DIGITAL DIÁRIO FAESC/SENAR DO AGRONEGÓCIO.

Para isso, basta enviar mensagem
"Eu quero receber gratuitamente
o boletim do agronegócio" para:

E-mail:

mb@mbcomunicacao.com.br

WhatsApp: (49) 99981-1157.





